



IGeFE Instituto de Gestão
Financeira da Educação, I.P.

Política de privacidade do IGeFE

15 de setembro de 2022

Ficha técnica

Título

Política de privacidade do IGeFE

Editor

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P. (IGeFE)

Responsável

Encarregado de Proteção de Dados

Endereço

Avenida 24 de Julho, 134

1399-029 LISBOA

(+351) 213 944 200

geral@igefe.mec.pt

www.igefe.mec.pt

Data de edição

09/2022

Modelo nº

Mod. 03-07

Controlo do documento

Versão	Aprovação	Data de aprovação	Descrição	Próxima revisão
V1	Despacho dado pelo Dr. Edgar Romão, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, na informação proposta nº 75157/2022/IGeFE no Smartdocs	16/09/2022	Política de Privacidade do IGeFE	3 anos ou caso se entenda pertinente uma revisão anterior

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P.

O Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE), com sede na Avenida 24 de Julho n.º 134 - 3.º/5.º andar, em Lisboa, está empenhado em garantir o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes da legislação em vigor relativa à proteção de dados pessoais.

Por dados pessoais considera-se qualquer informação cuja natureza seja objeto de proteção nos termos da lei e da regulamentação em vigor, independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

A Política de Privacidade, sendo um instrumento de suporte ao cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 e respetiva legislação nacional aplicável, facilita o cumprimento da lei e promove uma maior transparência de práticas e procedimentos, fornecendo as linhas mestras de orientação para a prossecução de um serviço público de excelência.

A Política de Privacidade do IGeFE envolve um conjunto de normas e princípios de proteção de dados que regem todas as atividades desenvolvidas por esta entidade, sendo aplicável a todos os seus trabalhadores, independentemente do cargo, carreira, categoria e funções desempenhadas, bem como qualquer que seja o tipo de vínculo contratual.

A aplicação da presente Política de Privacidade, em conjunto com o Código de Conduta do IGeFE, não dispensa o cumprimento de outros deveres que resultam da lei, bem como não impede a aplicação de outras regras de conduta ou deontológicas aplicáveis a determinadas funções, atividades, ou grupos profissionais, nomeadamente o dever de sigilo inerente ao desempenho da atividade profissional em funções públicas.

1. Origem dos dados

O IGeFE, considerando a sua missão, atribuições e competências, estabeleceu um conjunto de procedimentos e desenvolveu ferramentas com vista à recolha, tratamento e manutenção de dados.

O processo de recolha dos dados pessoais é feito, diretamente pelo IGeFE ou por subcontratantes, por interconexão, comunicação ou diretamente junto do titular dos dados.

São identificadas como subcontratantes as entidades que intervêm e são responsáveis pela recolha prévia dos dados, nomeadamente estabelecimentos de ensino, empresas, municípios e organismos da Administração Pública, central, regional ou local.

As plataformas de recolha são disponibilizadas através de endereços seguros e os acessos são efetuados com recurso a credenciais individuais.

2. Informação recolhida

O IGeFE processa a informação recolhida, designadamente através do preenchimento do formulário disponível no sítio da Internet, e bem assim toda a informação relativa a dados pessoais a que o mesmo venha a ter acesso por qualquer um dos meios anteriormente referidos, com vista à estrita prossecução do fim a que os mesmos se destinam.

O tratamento consiste numa operação, ou conjunto de operações, efetuadas sobre dados pessoais ou conjuntos de dados pessoais, através de meios automatizados, ou não, designadamente: a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação, difusão, comparação, interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

3. Finalidade da informação recolhida

Os dados processados são utilizados pelo IGeFE única e simplesmente com o propósito de cumprir com as suas atribuições e competências, sendo utilizados no cumprimento de obrigações regulatórias ou legais a que o IGeFE se encontre sujeito.

4. Divulgação de dados

O IGeFE assegura as medidas necessárias à proteção física e digital dos dados pessoais, garantindo a sua segurança, privacidade e confidencialidade, aos diversos níveis do ciclo de vida dos dados, desde a recolha até ao arquivo, independentemente do suporte físico utilizado.

É garantido aos titulares de dados que o acesso aos mesmos é efetuado por trabalhadores do IGeFE, ou subcontratantes, devidamente identificados e obrigados ao sigilo profissional, mesmo após terem cessado as suas funções.

O IGeFE toma em devida atenção a necessidade e o propósito de proteger a privacidade dos seus trabalhadores, tomando as medidas técnicas e processuais necessárias de forma a atingir esse propósito, independentemente dos tipos de suporte utilizados na preservação dos dados pessoais.

São exceção a esta regra os dados pessoais que, em conformidade com a legislação em vigor, necessitem de ser publicamente divulgados, bem como o tratamento abrangido pelas limitações a que se refere o artigo 23.º do RGPD.

5. Prazo de conservação

O IGeFE conserva os dados pessoais recolhidos de acordo com os períodos impostos pela legislação em vigor, ou, na falta desta, pelo prazo que se revele necessário para a prossecução da finalidade do mesmo, tendo em conta as suas missões e atribuições.

O IGeFE nunca conserva os dados pessoais por período superior ao necessário, de acordo com os objetivos para os quais foram recolhidos e estão a ser tratados, nomeadamente, cumprimento de obrigações legais, como o arquivo, a auditoria, a contratação pública e as obrigações contabilísticas e fiscais, ou resolução de disputas judiciais. As circunstâncias poderão variar em função do contexto e do tipo de dados pessoais.

6. Direitos do titular de dados

O titular dos dados pode, em qualquer momento, restringir e opor-se ao tratamento dos seus dados pessoais, exercer os seus direitos nos termos do RGPD desde que, pela sua natureza, tal não seja legalmente inadmissível.

Os direitos a ser exercidos consubstanciam-se da seguinte forma:

1. **Direito de informação e direito de acesso:** sempre que o solicitar, pode obter confirmação sobre se os seus dados pessoais são tratados pelo IGeFE e aceder a informação sobre os mesmos, como por exemplo, quais as finalidades do tratamento, quais os prazos de conservação, entre outros.
2. **Direito de retificação:** sempre que considerar que os seus dados pessoais estão incompletos ou inexatos, pode requerer a sua retificação ou que os mesmos sejam completados.
3. **Direito a retirar o consentimento:** nos casos em que o tratamento dos dados seja feito com base no seu consentimento, poderá retirar o consentimento a qualquer momento.
4. **Direito ao apagamento (direito a “ser esquecido”):** pode solicitar que os seus dados pessoais sejam apagados quando se verifique uma das seguintes situações:
 - a) Os dados pessoais deixem de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
 - b) Retire o consentimento em que se baseia o tratamento de dados e não exista outro fundamento jurídico para o mesmo;
 - c) Apresente oposição ao tratamento dos dados e não existam interesses legítimos prevalecentes, a avaliar caso a caso, que justifiquem o tratamento;
 - d) Os dados pessoais tenham sido tratados ilicitamente;

- e) Os dados pessoais tenham de ser apagados ao abrigo de uma obrigação jurídica;
 - f) Os dados pessoais tenham sido recolhidos no contexto da oferta de serviços da sociedade de informação.
5. **Direito à limitação do tratamento:** pode requerer a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nos seguintes casos:
- a) Se contestar a exatidão dos seus dados pessoais, durante um período de tempo que permita ao IGeFE verificar a sua exatidão;
 - b) Se considerar que o tratamento é ilícito;
 - c) Se o IGeFE já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados forem requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
 - d) Se tiver apresentado oposição ao tratamento e não exista um interesse legítimo prevalecente do IGeFE;
6. **Direito de portabilidade:** poderá solicitar ao IGeFE a entrega dos dados pessoais por si fornecidos num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática. Tem ainda o direito de pedir que o IGeFE transmita esses dados a outro responsável pelo tratamento, desde que tal seja tecnicamente possível.

Note-se que o direito de portabilidade apenas se aplica nos seguintes casos:

- a) Quando o tratamento se basear no consentimento expresso ou na execução de um contrato;
 - b) Quando o tratamento em causa for realizado por meios automatizados.
7. **Direito de não ficar sujeito a decisões individuais exclusivamente automatizadas:** o titular dos dados tem o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis;
8. **Direito de apresentar reclamações junto da autoridade de controlo:** caso pretenda apresentar alguma reclamação relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais, poderá fazê-lo junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a autoridade de controlo competente em Portugal. Para mais informações, aceda a <http://www.cnpd.pt>.

O exercício dos direitos do titular dos dados deve ser efetuado junto do IGeFE, bastando, para o efeito, o envio de comunicação para os contactos indicado no ponto 12.

7. Medidas de segurança

O IGeFE segue padrões de segurança organizacional e tecnológica, bem como práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, tais como o *standard* internacional ISO/IEC 27001, as normas comunitárias, a legislação, e bem assim as recomendações nacionais específicas em matéria de segurança da informação.

O IGeFE possui todas as medidas técnicas e organizacionais necessárias para garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco e, em particular, para proteger os dados pessoais contra a destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso acidental ou ilegal.

O mesmo nível de proteção é imposto contratualmente pelo IGeFE a eventuais subcontratantes.

Qualquer trabalhador do IGeFE ou de um seu subcontratante que tenha acesso a dados pessoais está obrigado a manter a mais estrita confidencialidade e sigilo.

8. Avaliação de riscos

Para cada operação de tratamento de dados pessoais em que, de acordo com os critérios definidos pela lei ou de acordo com a indicação do Encarregado de Proteção de Dados (EPD), seja necessária a realização de uma Avaliação de Risco de Privacidade, o IGeFE, no seu processo de avaliação, analisa a probabilidade e a gravidade dos riscos face aos direitos e liberdades do titular dos dados.

Os riscos são determinados por referência à natureza, âmbito, contexto e finalidades do tratamento de dados e implicam a tomada de medidas de mitigação de forma a reduzir o risco a um nível aceitável. Caso, após a proposta de mitigação de risco de privacidade, a operação de tratamento em causa continuar a representar um elevado risco potencial para os titulares dos dados, será previamente consultada a Comissão Nacional de Proteção de Dados antes do início do tratamento dos dados.

O IGeFE toma as medidas adequadas e oportunas para impedir o acesso ilegítimo a dados pessoais, possíveis mudanças indesejadas ou desaparecimento de dados pessoais. Caso ocorra alguma situação de usurpação, alteração ou desaparecimento, notifica-se a Comissão Nacional de Proteção de Dados nos termos da lei, desenvolvendo-se os mecanismos previstos no sistema de gestão de incidentes de privacidade.

9. Violações de privacidade

Qualquer questão relacionada com o incumprimento pelo IGeFE das normas relativas à proteção e tratamento de dados poderá ser reportada ao Responsável pelo Tratamento de Dados, cujos contactos se encontram indicados no ponto 12, ou à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

10. Alterações à Política de Privacidade do IGeFE

O IGeFE poderá alterar a sua Política de Privacidade quando tal se revele necessário, sendo sempre publicada a sua versão revista e atualizada.

11. Encarregado de Proteção de Dados

O EPD informa e aconselha sobre os requisitos aplicáveis de proteção de dados pessoais e acompanha a conformidade com esses requisitos.

O EPD coopera e age como ponto de contacto com as Autoridades de Controlo competentes e com os titulares dos dados.

12. Contactos

Se existirem dúvidas, perguntas, comentários ou reclamações sobre a Política de Privacidade do IGeFE, poderá contactar por escrito para:

Instituto de Gestão Financeira da Educação
Avenida 24 de julho, 134 – 3/5º
1399-029 Lisboa
A/C: Responsável tratamento de dados pessoais

Ou através de mensagem para reporte e esclarecimentos relacionados com a privacidade dos dados pessoais, através do endereço de correio eletrónico: protecao.dados@igefe.mec.pt

O IGeFE poderá impor limites ao esclarecimento de dúvidas, em função do número ou diferença temporal de pedidos de esclarecimentos.

Terminologia e Abreviaturas utilizadas neste documento:

IGeFE – Instituto de Gestão Financeira da Educação

RGPD – Regulamento Geral sobre Proteção de Dados

EPD – Encarregado de Proteção de Dados

Autoridade Nacional de Controlo – entende-se como a autoridade que supervisiona e tem autoridade legal sobre a aplicação do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados. Em Portugal esta entidade é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Dados Pessoais – qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados); é considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Tratamento – uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como: recolha, registo, organização, estruturação, conservação, adaptação ou alteração, recuperação, consulta, utilização, divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, comparação ou interconexão, limitação, apagamento ou destruição.

Titular dos dados – uma pessoa singular que disponibiliza algum dado pessoal.

Subcontratante – a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, o serviço ou qualquer outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento; entidade que acede aos dados pessoais.